



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639981 - SC (2021/0012406-6)

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : OSVALDO JOSE DUNCKE  
**ADVOGADO** : OSVALDO JOSE DUNCKE - SC034143  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : LADISSON CARDOSO (PRESO)  
**CORRÉU** : GABRIEL HENRIQUE BONATTO GUIMARAES  
**CORRÉU** : LUAN ALEXANDRE RODRIGUES DE AQUINO  
**CORRÉU** : MARCELO DOS SANTOS BRITO  
**CORRÉU** : JACKSON GABRIEL SILVA DOS SANTOS  
**CORRÉU** : ALEX DE FREITAS  
**CORRÉU** : EZEQUIEL GOMES DE OLIVEIRA  
**CORRÉU** : JOSUE DA SILVA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LADISSON CARDOSO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (HC n.5045177-58.2020.8.24.0000/SC).

O paciente foi preso preventivamente e denunciado na Ação Penal n. 5085168-69.2020.8.24.0023/SC, como incurso no art. 2º, §§ 2º e 4º, incisos I e IV, da Lei nº. 12.850/2013 e nos arts. 33, caput e 40, inc. VI, ambos da Lei n.11.343/2006.

O impetrante sustenta que foram utilizadas fotografias retiradas de redes sociais do paciente para justificar o decreto cautelar temporário, sua prorrogação, assim como o decreto de prisão preventiva e a denúncia, ausentes quaisquer outros indícios de que o paciente teria praticado algum delito ou de que integrasse organização criminosa.

Aduz que o réu seria primário, com residência fixa e trabalho lícito, tendo explicado em seu depoimento que não possuiria vínculo com a organização criminosa, apenas postava fotos fazendo uso de substâncias ilícitas para impressionar mulheres.

Destaca que a decisão que decretou a preventiva seria genérica e que não estariam presentes os requisitos necessários para a custódia cautelar, que poderia ser substituída pelas medidas previstas no art. 319 da Lei Penal Adjetiva.

Requer, liminarmente, que seja suspensa a segregação preventiva até o julgamento em definitivo do *writ*.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado verifica-se que foram declinados os fundamentos para a manutenção da prisão preventiva do paciente, deles

não se extraindo os traços de ilegalidade manifesta necessários para o deferimento da cautela requerida, consoante se extrai da seguinte passagem (e-STJ fls. 98/104):

*"Com efeito, consoante sublinhado pelo juízo de primeiro grau, o paciente teria sido apreendido em posse de 10 (dez) gramas de maconha, bem como diante das investigações realizadas pela Polícia Civil, também seria, em tese, integrante da organização criminosa PGC.*

*Por conseguinte, o magistrado a quo verberou a presença da materialidade e dos indícios de autoria delitivas, bem como salientou que o paciente, em sua rede social instagram, surgiu enaltecendo as organizações criminosas catarinense e carioca através de fotografias de pichações feitas nos muros da comunidade ("PGC", "TD2", "Comando 2 Vermelho") e pela utilização de termos sabidamente vinculados às facções ("eo trem bala papai" e "peitaaa pra vê").*

*Além disso, o paciente teria aparecido fazendo uso de entorpecentes ao lado de outros integrantes do grupo criminoso (evento 1 dos autos de origem), bem como no curso das investigações, verificou-se que aquele teria continuado a postar fotografias em suas redes sociais exibindo drogas (maconha) e utilizando frases e símbolos ("trem" e "tudo 2 com as mãos") para enaltecer a organização criminosa PGC (evento 121).*

*Desse modo, conquanto o paciente seja tecnicamente primário, a materialidade e os indícios de autoria estão demonstrados nos autos.*

*Ato contínuo, ressalta-se que a decisão prolatada pelo juízo de primeiro grau encontra-se fundamentada nos elementos colhidos na investigação realizada pela Polícia Civil, de modo que não há falar, ao menos por ora, na presença de fundamentação inidônea.*

*Outrossim, denota-se que o paciente foi denunciado pelo Ministério Público como incurso nas sanções do art. 2º, §§ 2º e 4º, incs. I e IV, da Lei n. 12.850/2013, e dos arts. 33, caput, e 40, inc. VI, ambos da Lei n. 11.343/2006, c/c art. 29 e praticados na forma do art. 69, estes últimos do Código Penal (evento 1), tendo o feito sido recebido pelo juízo de primeiro grau (evento 3), em razão dos seguintes fatos:*

*[...]*

*Nesse viés, não se vislumbra, ao menos por ora, elementos suficientes para demonstrar que a prisão do paciente é ilegal.*

*Denota-se, ainda, que não obstante a primariedade do paciente (evento 38 dos autos de origem), os delitos supostamente por ele cometidos possuem penas máximas superiores a quatro anos de reclusão, de modo que a ordem pública deve ser resguardada, sobretudo em razão de que a indigitada facção, na qual o paciente supostamente faz parte,*

*atua em diversos crimes no estado catarinense, possuindo, assim, notória periculosidade social.*

*[...]*

*Desse modo, em análise do feito, não se verifica o aventado constrangimento ilegal, porquanto demonstrados os requisitos ensejadores da prisão cautelar do paciente."*

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de liminar.**

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência